

## **Notas sobre a agricultura familiar em Portugal: a “agricultura tradicional”, “novos agricultores” e pluriatividade<sup>1</sup>**

Manuela Souza Siqueira Cordeiro – Professora Instituto de Antropologia –  
INAN/UFRR – Roraima/Brasil

### **Resumo**

O presente artigo tem como questão norteadora a observação das lógicas de herança e sucessão nas pequenas propriedades agrícolas de Portugal. A partir da inserção do país na União Europeia, as decisões a respeito do gerenciamento da terra não são orientadas apenas por lógicas internas à família, mas também a outros fatores, tais como fiscalização dos produtos agrícolas e mesmo o desemprego. Portanto, o principal objetivo desse artigo é verificar as estratégias e contingências vivenciadas por diferentes gerações de pequenos produtores portugueses de base familiar. A área pesquisada está localizada na região central de Portugal, abrangendo freguesias pertencentes aos municípios de Estarreja, Penela e Montemor-o-Velho. Para tanto, foram realizadas entrevistas abertas com pequenos produtores dessas três freguesias, com distintos perfis que serão trabalhados ao longo da pesquisa.

**Palavras-chave: Agricultura familiar; Herança; Propriedade da terra.**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB

## **Introdução e algumas notas sobre o campo**

Depois de passar um mês na cidade de Coimbra, sabia qual autocarro tomar até a aldeia e também já podia ter ideia de quais palavras substituir para o português de Portugal (além de aldeia e comboio, outras como autocarro, paragem e telemóvel). Mas assim que terminei de organizar a ida ao campo, fui subitamente desencorajada. Eu não poderia ir até a aldeia se não fosse com marcação prévia, junto ao presidente da Freguesia ou alguém com reconhecimento local que pudesse me apresentar aos produtores. Fiquei pensando sobre quais seriam os sinais diacríticos que impediam a minha entrada no campo – ser brasileira, ser mulher (principalmente desacompanhada), interessada por um mundo de autoridade masculina. Ao conversar com amigos portugueses, a explicação que eu recebia era que todos esses elementos contribuíam para que a desconfiança aumentasse em relação a minha presença, mas que simplesmente “calhava ter alguma recomendação”. Mesmo depois de procurar um colega guatemalteco, que dominava o português na variação local, ele pôde me explicar que o fato de ser um investigador homem, facilitou a pesquisa, mas ser estrangeiro não. Assim, também não me aconselharia ir “ao terreno” sem contatos prévios. Eu poderia ter sorte, mas era melhor prevenir.

As três experiências de campo que tive em Portugal demonstraram distintos aspectos sobre os avisos acima citados. Por meio de uma amiga portuguesa de longa data, fui apresentada a um antigo agente de desenvolvimento do Concelho de Penela, que era a região para a qual destinava meus interesses de pesquisa. Fui levada ao seu encontro pelo colega guatemalteco, que já tendo feito pesquisa na região e que, portanto, conhecia o José Arantes<sup>2</sup>. Ele me levou de carro até a Escola Agrária da Universidade de Coimbra e lá estava Arantes nos esperando. Cumprimentou efusivamente o meu colega e logo depois me perguntou o que exatamente eu pretendia fazer, mesmo já tendo explicado previamente por telefone. Apresentou-me a três casos, a partir dos quais poderia ter exemplos diferenciados sobre a pequena produção portuguesa. Passamos a tarde entre conversar sobre as possibilidades de ir “ao terreno” e ajudando Arantes a construir uma estufa, somente com material reutilizado, para fazer uma horta comunitária na Escola Agrícola. Entre ajeitar as canas-da-índia da estrutura da estufa e as paradas para anotações, ele me apresentou a possibilidade de ir a Freguesia de Santo Varão, no Concelho de Montemor-o-Velho. Para tanto, ditou-me o número de celular do presidente

---

<sup>2</sup> Os nomes dos contatos realizados foram modificados para preservar a identidade daqueles que me ajudaram no trabalho de campo.

da junta de Freguesia e disse que eu deveria entrar em contato. Mas só deveria ser feito depois que ele ligasse antes. “Isto tem que ter uma metodologia, eu entro em contato e depois tu encaminhas, percebes?”, alertou-me Arantes. Por sorte, conseguimos falar com o presidente da junta de Freguesia naquele dia, mesmo sendo em um domingo. Arantes me autorizou a ligar para ele, mas só retornasse no dia seguinte, a partir das 9 horas.

Ao final, disse-me que não tinha nenhum conhecimento de alguém na região para me indicar, mas que também seria muito interessante e ele mesmo gostaria muito de conduzir uma pesquisa na região do Baixo Vouga Lagunar, no Concelho de Estarreja. Tal indicação se dava pela fascinação que tinha com a biodiversidade ímpar do lugar, levando em conta principalmente a produção de arroz na Freguesia de Salréu. Mas que, para tanto, eu deveria procurar obter contatos por meio dos anteriores ou deixar para uma próxima investigação.

Ao perguntar sobre o que talvez me impedisse de ir sozinha, por exemplo, a Salréu, e ser bem-sucedida na investida de campo, Arantes disse-me que o “estigma” não estaria tanto associado à nacionalidade, mas ao gênero. Talvez fosse interessante poder ir com a companhia de mulheres que fossem agentes de desenvolvimento do campo. Logo que comenta sobre essa possibilidade, ele lembra-se que eu já estaria de partida em um mês e, para ter esse tipo de entrada, necessitava de mais tempo. Outro fator que explicava a receptividade das pessoas estava relacionado também à localização geográfica das aldeias rurais, em suas palavras, “quanto mais ao norte de Portugal, mais as pessoas são desconfiadas”.

O artigo tem como principal questão a observação de vivências das lógicas de herança e sucessão em propriedades da pequena agricultura de Portugal. A área pesquisada está localizada na região central de Portugal, abarcando freguesias pertencentes aos municípios de Estarreja, Penela e Montemor-o-Velho. Observa-se que, desde os anos 1960, há um processo em curso tanto de miniaturização, quanto de transição na agricultura da região centro e norte, na qual predominam as pequenas propriedades. Será proposta a análise de três casos distintos, de maneira a compreender dinâmicas diferenciadas sobre os processos anteriormente mencionados. O primeiro deles trata-se de um jovem ou “novo agricultor” que pleiteou subsídio governamental para iniciar a produção de framboesas, visando o mercado externo, baseando a sua produção uma terra ociosa de propriedade seu avô. O segundo caso é o de agricultor considerado

“tradicional”, reconhecido como um dos maiores produtores de arroz de Estarreja. Por fim, um produtor do município de Penela cuja família combina as suas atividades agrícolas com o exercício de uma profissão liberal. A partir desses casos, será discutido o processo de transição na agricultura vivido em Portugal, o uso do minifúndio, diferenciado quanto ao propósito agrícola e ligação afetiva para as distintas gerações, verificando o uso, prática e categorização de seus territórios. Os procedimentos metodológicos utilizados incluíram a realização de entrevistas abertas e o uso do diário de campo.

### **Sobre lógicas de herança e sucessão**

Sobre as noções de herança e sucessão, Moura (1978) identifica uma distinção profícua: “herança” que remeteria às regras presentes no Código Civil brasileiro que são acionadas quando morre um membro da família em questão, enquanto a referência aos padrões locais de herança é construída pela autora através de termos tais como “acertos”, “arranjos” ou mesmo “presentes”. Ainda sobre a relação entre o código costumeiro e o formal, Seyferth (1985) observa que as estratégias matrimoniais e as estruturas familiares são processos flexíveis que não necessariamente seguem a norma sancionada pelo costume local ou sistema jurídico, mas são resultados de suas próprias estratégias adaptativas. Neste sentido, Seyferth (1985) afirma que o costume está acima do aparato legal, no que tange às estratégias da reprodução social da família camponesa e, acima do costume, está a autoridade do pai que acaba por determinar o destino a ser dado para o patrimônio.

Woortmann (1995) sinaliza que o fim da herança é garantir a integridade do patrimônio, nos dois contextos em que pesquisa, tanto o sítio nordestino quanto as colônias do sul do Brasil. O casamento é considerado um evento unificador de duas famílias, bem como reunifica a terra. Neste sentido, esta é o verdadeiro sujeito das práticas matrimoniais e, conseqüentemente, das práticas de herança. A herança na sociedade camponesa implica levar em conta dois processos: a escolha do sucessor e a partilha dos bens. Bourdieu (1962) analisa as duas noções, a partir do contexto do campesinato francês, propondo uma diferenciação. De um lado, todos os filhos têm iguais diretos formais em relação a *maison*<sup>3</sup>, ou seja, todos têm direito à herança; porém apenas um

---

<sup>3</sup>O termo se refere a uma linhagem que está ligada a uma determinada base territorial, tendo, portanto, uma acepção material, no que diz respeito ao patrimônio e outra imaterial que concerne o nome e a linhagem da família.

deles pode geri-la, que é aquele escolhido como o sucessor. Carneiro (1998) também reconhece que a transmissão do patrimônio familiar, no Brasil, passa por dois momentos: a sucessão que envolve a escolha de quem vai substituir o pai nos esforços para assegurar a produção agrícola e a herança que é a distribuição dos bens familiares, não somente ao sucessor.

Hérmendez (2013), ao estudar especificamente a Freguesia de São Miguel, no Concelho de Penela, em Portugal, analisa que os entrevistados demonstram um longo vínculo com a terra no percurso da sua vida, cuja propriedade foi principalmente adquirida por meio de herança, sendo que aqueles que mais trabalham na terra são os homens da própria família, contratando esporadicamente assalariados. O autor ainda salienta outra realidade:

O abandono das terras e a conseqüente diminuição da área cultivada por exploração, resultado da emigração de proprietários, da deslocalização dos filhos – para estudar ou para trabalhar –, do envelhecimento da população, do crescente custo dos fatores de produção e das dificuldades na venda dos produtos, é uma realidade não verbalizada diretamente pelos entrevistados, mas que percorre todo o discurso em tom de lamento. (Hérmendez, 2013, p. 52)

Hespanha (1992) afirma a importância de estudos sobre a propriedade em países como Portugal nos quais: “a diversidade dos sistemas fundiários é muito acentuada e está fortemente relacionada com a persistência das formas de pequena agricultura familiar e com a vitalidade dos sistemas sociais de base rural e local” (p.115). O autor prossegue em sua argumentação, explicando que quando se refere especificamente a sociedade portuguesa, caracterizada como “semiperiferia do sistema mundial”, parece que nela se combinam formas de propriedade que corresponderiam a diferentes etapas no tempo, se fossem levados em conta os países da Europa central. Nas últimas décadas, o Estado português pode ser caracterizado pela ação de grande intervenção social e ao mesmo tempo de não suprir as necessidades sociais. A propriedade da terra ainda é procurada para garantir a ocupação produtiva dos membros de grupo domésticos e, ao mesmo tempo, garantir uma velhice com tranquilidade, por meio do arrendamento da terra que complementa ou até mesmo substitui a aposentadoria.

Hespanha argumenta que ao mesmo tempo em que a propriedade da terra pode ser vista como um fator de segurança, essa também é um fator de ansiedade. Há um claro retardamento do momento de transmissão da propriedade e mesmo o impedimento de grandes alterações no regime de exploração agrícola, levando ao que pode ser chamado

de rigidez fundiária. Essa realidade é somada a algumas “práticas fundiárias desajustadas”, como compra de terra a alto preço para reconstituir o patrimônio e investimentos improdutivos. Entretanto, uma vez que uma família camponesa percebe que sua capacidade de trabalho está diminuída e decide vender parte de sua terra, esta ação não é, na perspectiva do autor, por si só, um motivo de quebra do “princípio da continuidade”: “Pelo contrário, aliviando-se de um encargo pesado (mais em termos simbólicos, talvez, do que em econômicos) a família pode assegurar em melhores condições a continuidade das restantes parcelas de seu patrimônio fundiário” (Hespanha, 1992, p.123).

Essa estratégia pode ser observada na realização de pesquisa *in loco* em Portugal. Os chamados “novos agricultores” são aqueles que utilizam parcelas não cultivadas da sua família, com produção voltada ao mercado principalmente externo, no qual as motivações econômicas com o uso da propriedade se sobressaem. Por outro lado, só é possível, em grande maioria dos casos, ter a possibilidade de uso da terra pela manutenção, ainda que não para uso produtivo, da propriedade da terra pela família. Nos casos apresentados a seguir, podemos ver o exemplo de um “novo agricultor” que utiliza para o seu projeto uma terra de herança, o maior produtor de arroz de Estarreja que ainda se enquadra nos moldes de uma “agricultura tradicional” e um profissional liberal que possui vários terrenos familiares, mas que não se desfaz dos mesmos, também por conta de seu valor simbólico. Ao estudar as trajetórias ocupacionais das famílias agrícolas do Baixo Mondego, mesmo diante do cenário aventado do final da pequena agricultura camponesa por falta de sucessores, Hespanha (1992) conclui que a maior parte dos filhos de agricultores que se casaram, assumiram a propriedade dos pais, ao mesmo tempo em que possuem uma profissão não agrícola, o que pode ser denominado como pluriatividade. Esta coexistência da propriedade camponesa e formas de gestão da terra mais flexíveis está em consonância com o que foi observado no campo.

### **As aldeias de Portugal central**

Inicialmente, esse estudo tinha como área de concentração apenas o Concelho de Penela, na região Central de Portugal, localizada a 30 quilômetros de Coimbra e 180 quilômetros de Lisboa, especificamente a Freguesia de São Miguel. Segundo os dados do ano de 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, nessa aldeia predomina a exploração agrícola da terra pela família, representando 94,8% dos casos.

Tanto as freguesias de São Miguel, quanto as de Santa Eufémia e Rabaçal eram antigas paróquias da região, que foram extintas ainda no século XIX.

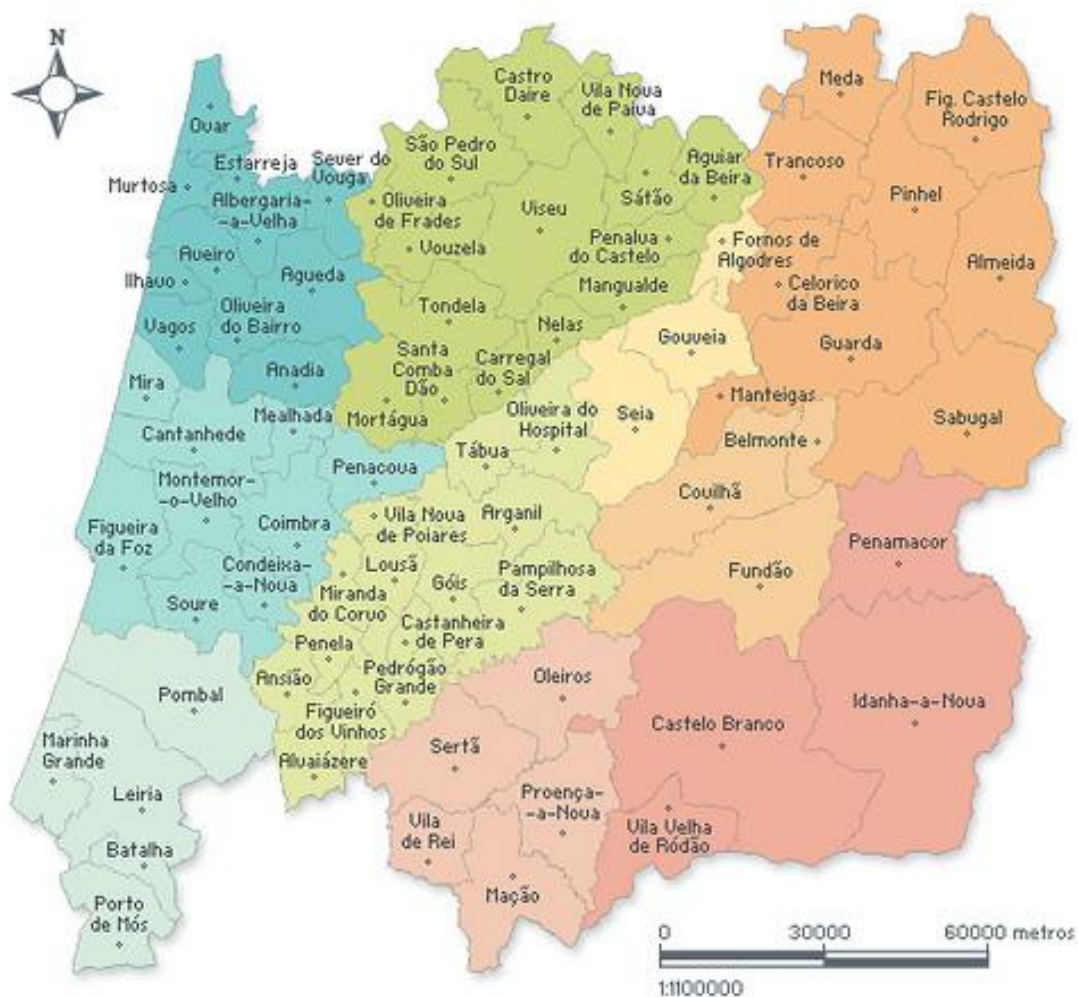


Figura 1 - Mapa dos Concelhos da região central de Portugal.

Porém, tendo em vista o desenvolvimento dos contatos do trabalho de campo, conforme anteriormente mencionado, além do Concelho de Penela, a pesquisa foi realizada no Concelho de Estarreja, mais especificamente na Freguesia de Salréu, que faz parte da ria de Aveiro<sup>4</sup>; bem como na Freguesia de Santo Varão, Concelho de Montemor-o-Velho, que faz parte da região de Coimbra.

Segundo Marques (2015), a população de Portugal está altamente concentrada na parte oeste e sul do seu território, isto é, na porção da região central até ao Algarve e as

---

<sup>4</sup> Esta região refere-se a foz do rio Vouga, o qual se estende pelo interior do território português, paralelamente ao mar, numa distância de 45 quilômetros e a uma largura máxima de 11 quilômetros. Aveiro é uma cidade portuguesa, capital do distrito de Aveiro, situada na região central.

áreas mais próximas ao litoral. Até a revolução de 1974, o país pode ser considerado uma sociedade eminentemente rural. No início dos anos 1970, o crescimento econômico e as reformas, bem como a falta de educação formal da maioria dos portugueses promoveram a migração da população rural para escapar da pobreza e buscar novas oportunidades, seja na indústria do próprio país ou até mesmo nas antigas colônias, principalmente da África.

Em 1986, com as negociações e a entrada na Comunidade Econômica Europeia, Portugal iniciava a participação como país desenvolvido e se comprometia com a Política Agrícola Comum (PAC). Atualmente, a agricultura e as florestas tem um papel fundamental na preservação do ambiente em Portugal, uma vez que cobrem mais de setenta por cento do território do país. No entanto, desde final da década de 1960, a agricultura portuguesa experimenta um contínuo decréscimo de produtores agrícolas: “Dois de cada três minifúndios com menos de 20 hectares e um de cada par de áreas com menos de 100 hectares não existem mais” (Marques, 2015, p. 176). Ainda conforme sua pesquisa, há uma pequena proporção de jovens produtores, que inclusive está decrescendo se levarmos em conta as últimas quatro décadas.

Diante desse cenário, proponho a análise de três casos distintos de maneira a verificar as estratégias de pequenos produtores, com base na agricultura familiar, que favorecem a possibilidade de permanência na terra ou de uso da mesma, tanto atualmente quanto para as gerações seguintes.

### **Um “novo agricultor” e um projeto de família**

Na segunda-feira, conforme orientada por Arantes, telefonei para João, o presidente da Freguesia de Santo Varão, procurando informações sobre um jovem e “novo agricultor” que iniciara há pouco um projeto de framboesas para vender ao mercado externo. O presidente me disse que apenas mais para o fim da semana poderia ter contato com Antônio. De tanto insistir conseguiu marcar um encontro com o Antônio para que eu pudesse conversar e conhecer a propriedade dele, além de suas expectativas com o início da produção. Peguei o trem em direção a Figueira da Foz e desci na parada de Formoselha/Santo Varão. Era uma pequena estação e não havia ninguém esperando na mesma ou que tenha descido comigo. Chovia e assim que desci, mesmo antes de telefonar, fui recebida por seu João, que me cumprimentou e disse que o Antônio aguardava à porta da sua área para que conversasse comigo.



Chegamos à entrada de uma pequena área e, assim como dito por João, o jovem agricultor já me aguardava. Antônio tem 29 anos e se mostrou bastante entusiasmado no projeto que ele acabara de começar a desenvolver. Ele obteve subsídio por meio do programa PDR. O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) é uma iniciativa do governo de Portugal, o qual possui uma ajuda específica para jovens agricultores, isto é, aqueles que desejam iniciar ou melhorar a sua produção e tenham até 40 anos. Existem duas linhas de crédito para os jovens agricultores – o Prêmio à Primeira Instalação e outra denominada Investimento Agrícola superior a 25 mil euros. Para se candidatar ao primeiro, é necessário nunca ter possuído ajuda financeira prévia do programa, que é o caso do Antônio.

O terreno no qual desenvolve o projeto pertence ao seu avô, com dimensão de dois hectares. O mesmo deveria estar ativo no nome de Antônio há pelo menos cinco anos para concorrer ao subsídio; para tanto, ele fez um contrato de comodato, no qual celebrou um empréstimo do terreno por dez anos. Antônio teve que comunicar a sua família, seus pais e outros descendentes, mas ninguém se importou com a possibilidade de uso e transformação do terreno. “Isso é muito importante, quando a família toda nos apoia e não nos metem entraves, porque acontece muitas vezes com outros terrenos de outras famílias”. Mas ao ser perguntado porque se enveredou a realizar um projeto na agricultura, Antônio comentou: “Foi por uma necessidade de ter o futuro nas minhas mãos, não estar a depender de outros e uma coisa que eu sempre gostei de fazer que foi a agricultura, a minha família foi sempre ligada a isso”.

O que seria sustentável para um pequeno espaço como aquele seriam os pequenos frutos – os mirtilos, as amoras e as framboesas. Ele escolheu a framboesa, porque apesar de ser o mais delicado, é também o que tem maior rentabilidade, prevendo uma produção de 40 toneladas ao ano. À medida que falava, olhava para o terreno enquanto explicava como serão organizados 14 mil metros de produção naquela área já aberta. Entusiasmado, parecia estar visualizando as estufas e o sistema de hidroponia a serem instalados no futuro breve. Marcava com isso que a atividade atual também não tinha relação com a agricultura que existia no passado, uma vez que agora se misturavam a agricultura “tradicional” com a tecnologia. Ao ser perguntado se a produção seria destinada ao mercado interno, ele responde “Deus queira que não”. Ele quer exportar para os países nórdicos, nos quais as pessoas englobam muitas frutas em sua alimentação, o que segundo Antônio, é bem diferente dos portugueses. Se tiver alguma produção destinada ao

mercado interno, seria apenas para a transformação do produto, porque na framboesa há sempre desperdício pela perecibilidade do fruto, portanto, ele pensa em fazer algumas compotas com a parte que não apresentar qualidade o suficiente para ser exportada.

Antônio cursava graduação em pedagogia, mas disse que desistiu por conta de como estava o país atualmente. Mas agora vai encaminhar a vida dele toda para a agricultura e pensa em cursar a formação em ciências agrárias em Coimbra. “Fiz uma mudança radical na minha vida e não estou nada arrependido”. Assim como ele, existem outros jovens que optaram por uma mudança ou um retorno à agricultura, uma vez que o PDR 2020 tem um recorte específico de faixa etária, conforme anteriormente mencionado. Mesmo nas freguesias próximas a Santo Varão, ele conhece um produtor de framboesas que tem 26 anos. Se eu quisesse, Antônio disse que pediria autorização para visitarmos a sua produção um outro dia. Disse-me que eu poderia ir sozinha, mas a possibilidade de ser ou não atendida para realizar a pesquisa seria proporcional ao tamanho da “empresa familiar”, isto é, quanto maior a produção menor a probabilidade de ser recebida.

Se não fosse o suporte da família, Antônio afirma que nunca teria se envolvido em um projeto desses. Por vários motivos, segundo ele - tempos de desespero, tempos de euforia, os gastos com a burocracia para iniciar o projeto, além do conhecimento familiar que também ajuda na inserção na comunidade. “Considero um projeto de família, por isso que está a velocidade de cruzeiro. A minha... esposa, namorada que está comigo, a minha cara metade digamos assim, vai vir para cá fazer o enxoval. Depois o meu pai, já vai para a reforma, vai fazer sessenta anos, também virá para aqui ajudar”. Antônio não é filho único, mas seu irmão já é casado e, portanto, possui suas responsabilidades com a família dele e a filha que tem. Ao completar a respeito do projeto de framboesas: “Então, certamente temos uma salvaguarda profissional pelo menos. É um projeto de família em um terreno de família”. No entanto, ele pontua que a responsabilidade e a ideia inicial partiram de um desejo seu: “É um projeto de minha iniciativa, está ao meu encargo. Mas nada de fechar as portas a família ou excluí-los, muito pelo contrário. Sem eles, nada disso seria possível. E, se Deus quiser, se der certo eles possam fazer parte”. Ao perguntar, quem era a sua família, disse que era complicado – certamente a sua família de sangue, mas também os vários amigos que “perderam o seu tempo”, ajudando a concretizar seu projeto.

## **O maior produtor de arroz de Estarreja**

Ao seguir o conselho de Arantes, busquei meios para que pudesse conhecer o maior produtor de arroz de Estarreja, na Freguesia de Salréu. Descobri que não havia meios para que eu chegasse de ônibus até a localidade. Recorri a uma amiga que mora em Aveiro, considerada a cidade de referência para aquela região, e ela me disse que poderia se informar acerca da minha necessidade. Por sorte das suas conexões pessoais, ela conhecia uma senhora que, sendo uma das responsáveis pelo rancho folclórico<sup>5</sup> da região e, portanto, conhecedora de Estarreja, poderia me apresentar ao senhor Fernando.

No final de semana combinado, fui até Aveiro e, de lá, fomos de carro, com minha amiga e a nossa interlocutora da conversa com senhor Fernando. No caminho, fui apresentada a outros pequenos produtores daquela região. Com a primeira delas, conversei no mercado municipal de Aveiro. Estava iniciando uma produção de cogumelos, com sete diferentes espécies, com a vontade de inserção no mercado exterior. Ela tinha uma terra da família em Estarreja e pediu a irmã e ao irmão para usá-la, o que não acarretou nenhuma questão. Posteriormente, seguimos em direção a Estarreja, o que não tardou muito. Os nomes se modificavam, mas em comparação com o Brasil, as áreas eram muito próximas, não passamos mais do que vinte minutos no carro.

Ao pararmos em uma das pastelarias de Cacia, Freguesia do Concelho de Estarreja, Rosa, a responsável pela nossa entrada no campo, apresentou-me a outro pequeno produtor daquela região, que além de agricultor também era professor de filosofia. Ele produz arroz e batata, na realidade, o seu irmão ficou responsável pela produção de batata após a partilha dos quinze terrenos da família. Ele salientou que essas áreas eram pequenas e que a partilha se deu antes mesmo do pai morrer. O professor tem apenas duas filhas que não se interessam pela agricultura. “Se perguntar a elas onde são as áreas nem saberiam dizer onde é”, comentou a partir da indagação que fiz a respeito da participação dos jovens na pequena agricultura atualmente.

Após a parada para o café, seguimos as três para a casa do senhor Fernando. Sabíamos que ele estava em casa, porque estávamos com horário marcado para as três e meia da tarde. Ao chegarmos na casa, fomos recebidas por sua filha adolescente. Logo, o senhor Fernando veio nos receber e Rosa me apresentou como “aquela brasileira que fazia

---

<sup>5</sup> Designação de um grupo que se coloca a serviço da investigação, defesa e promoção dos valores patrimoniais da comunidade em que se insere.

investigação na Universidade de Coimbra”. Senhor Fernando cumprimentou-me com dois beijos e pediu que sentássemos na cozinha de sua casa e à mesa pude ver muitos papéis que pareciam estar relacionados à contabilidade. Rosa levou minha amiga para ver a produção de arroz, junto com a filha do seu Fernando, de maneira a que me deixasse à vontade para conversar com ele. Percebi que havia uma certa falta de compreensão mútua no início, porque alguns termos que ele utilizava, eu não estava familiarizada, além de seu Fernando falar mais rápido do que havia me acostumado. Ao mesmo tempo, a conversa parecia não fluir como no mercado ou na pastelaria, as suas respostas eram, no início, monossilábicas, mas nosso desconforto foi diminuindo com o desenrolar da conversa.

Ao ser perguntado sobre sua produção de arroz, constantemente voltava-se a reclamar de que o preço não estava bom “em lado nenhum”. Quanto à venda, ainda que para o mercado interno, não havia nenhum problema. A questão, portanto, não estava no escoamento, mas no preço. No entanto, há sempre o intermediário, mas ele já consegue vender apenas a particulares que possuem pequenas empresas, ainda que isso implique em ter que levar pessoalmente a produção a casa um do outro, sendo mais caro fazer esse tipo de venda pelos custos associados ao transporte da mercadoria. Ele possui colegas que produzem no baixo Mondego que vendem para Itália e ganham mais com a produção, se comparado aos preços em Portugal. A produção de arroz, quando “está boa”, é de quatro a cinco mil quilos por cada mil metros.

Da sua família, tinha herdado pouca coisa, apenas a parte da casa e três hectares de terra, sendo assim a maior parte dos terrenos em que produz é alugada. Eram três irmãos, um deles faleceu e atualmente seu Fernando é o único casado. A partilha das terras foi realizada depois da morte do pai, a mãe dele ainda era viva, mas “correu bem”. Um de seus filhos e sua esposa trabalham com ele, enquanto a sua filha que nos recebeu na porta de sua casa ajuda na contabilidade da produção, “ela faz essa parte toda da escrita e também se agarra lá fora quando é preciso”. Quando ainda morava com seus pais, eles trabalhavam mais como empregados em outros terrenos, porque o desenvolvimento da agricultura da própria família era pouco. Em trinta anos, ele disse que mudou muito a agricultura em Portugal: “Antes tinha mais preço e não tinha subsídio, era melhor assim”. Isto é, o marco de trinta anos corresponde justamente à entrada de Portugal na Política Agrícola Comum (PAC) da posterior denominada União Europeia. Em Salréu, uma das várias freguesias nas quais possui terras, sejam próprias ou alugadas, ele produz arroz e

também milho: “assim vamos jogando com as duas produções, pronto”. Aos poucos, entendi que a produção de arroz tinha sido mais baixa, porque a água salgada, pela proximidade com a ria de Aveiro, havia invadido a área, o que conseqüentemente diminuiu o retorno da mesma.

Muitos jovens, segundo seu Fernando, pensam que a agricultura é só “andar com as máquinas”, mas há outros trabalhos a serem feitos. Ele mesmo vende a sua produção já beneficiada, porque só assim consegue um preço melhor, mas com seu filho e sua esposa tem outras atividades ligadas ao cultivo da terra, sendo o beneficiamento apenas a parte final. “Os de cá não querem fazer o trabalho manual, mas há sempre de fazer o trabalho precário. Aqui tem vergonha, mas vão lá para fora e fazem o trabalho precário”, fazendo referência a migração dos jovens para os países da Europa central, como a França, para trabalhar inclusive na agricultura, com maiores rendimentos. “A gente sempre procura o melhor, mas a boca quer comer”. Ele, como pai, incentiva os seus filhos a estudarem, mas depois é necessário ajudar, como quando fala em relação a sua filha, “porque ela anda a estudar, mas alguma prática que ela leva é aqui de casa. Há a prática da sabedoria e há a prática do trabalho. Quer dizer há o que se aprende a estudar e o que se aprende a fazer”. Ao chegar em casa, os filhos tem que saber como fazer as contas, descascar o arroz, cozinhar, sabendo de tudo um pouco.

### **“Prefiro arrendar por nada a perder a terra de família”**

Como não possuía nenhum contato com o Concelho de Penela, resolvi não ir sem nenhuma indicação, mas procurei trilhar alguns caminhos próprios. Escrevi emails aos responsáveis pela Câmara Municipal de Penela, em diversos setores, na esperança que pudessem me retornar com certa brevidade. Para a minha surpresa, dois dias depois que escrevi um email, ainda que não tenha sido direcionado para o chefe da divisão do município, ele me responde que poderia articular uma forma de contatar os proprietários de terra e me informa o seu contato de celular.

Certifiquei-me dos horários de ônibus até Penela. Eram poucos durante o dia e não havia indicação muito clara de qual seria o ponto no qual este pararia no terminal rodoviário. No dia em que marquei com o senhor Francisco, havia falado que estaria disponível às nove horas em Penela, já que apanharia o ônibus das oito, mas este tardava a chegar no terminal. Como os nomes das freguesias eram muitos e com minha pouca familiarização, fui perguntando a cada motorista de ônibus mais simples que parava e não

possuía a indicação visível de seu destino. Até que me aproximei de um ônibus mais simples, que poderia ser classificado como “urbano” e que podia se ler “Penela” no letreiro e finalmente embarquei a tempo.

O caminho era repleto de paradas. Já no próprio ônibus, percebi que a motorista conhecia muitos de seus passageiros, certamente faziam aquele percurso diariamente, saindo de Coimbra para trabalhar ou estudar nos municípios próximos - Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo e finalmente Penela. Ela vinha conversando principalmente com algumas senhoras que faziam o percurso. Como pedi para que me avisasse assim que chegássemos a Penela, ela se virou para trás e perguntou a todos nós do ônibus, que já havia enchido e esvaziado de gente, onde estava “aquela menina que veio de Coimbra”. Eu levantei a mão e perguntei se havia alguma parada de ônibus próxima à biblioteca e ela me disse que estávamos justamente chegando naquele momento lá.

Assim que cheguei, percebi os ares diferentes de Penela, a cidade tinha altitude maior que Coimbra e uma paisagem mais verde, além de ser bem menor. Entrei em contato com seu Francisco que me recebeu em seu gabinete, localizado nos fundos da biblioteca. Foi bastante receptivo e me convidou que sentasse à mesa para que pudéssemos conversar. Após explicar meus interesses e motivações de investigação e de oferecer também os meus contatos, ele começou a contar a história da região de Coimbra. Ao passar pelas explicações através dos séculos, foi também me oferecendo livros nos quais eu poderia obter mais informações e, ao mesmo tempo, em que indicava quais seriam mais ou menos úteis e de uma leitura possivelmente mais agradável.

“A terra é a única coisa que não se fabrica mais”. Assim, ele começa a explicar as diferenças entre as quintas, que eram as terras pequenas adquiridas por herança e as herdades que eram terras dos nobres para os quais os colonos pagavam impostos. Nas terras pequenas, havia demasiada gente para pouco espaço, sendo que algumas soluções do passado eram a imigração e enviar filhos para o seminário ou convento. Além disso, tinha de se ter em conta se a terra era um regadio, no qual a produção era viável, porque possuía corpos hídricos ou um sequeiro, quando não há acesso a esse recurso.

Relatando mais próximo da atualidade, seu Francisco pontua que houve um grande índice de abandono de terra, a partir da entrada na União Europeia e da participação portuguesa na Política Agrícola Comum. Havia cotas específicas para produção e uma política fiscal muito alta que atrapalharam o desenvolvimento,

principalmente da pequena agricultura. A região de Penela possui algumas especificidades – há uma produção endógena, isto é, com Denominação de Origem Protegida (DOP), como o queijo do Rabaçal, o que agrega valor para os produtores daquela região.

A família de seu Francisco possui pequenos terrenos ao longo da área do Concelho de Penela, mas sendo muitos eles não conseguem ocupar todas as áreas. Os bons terrenos, isto é, os regadios, conseguem alugar, ainda que seja em um regime de troca, como, por exemplo um hectare por um cabrito, o que é equivalente a 30 euros ao ano. Não consegue vender esse terreno, porque não há comprador e assim ele “mantém a sua identidade cultural”, sendo viável para o produtor intensivo de vinhas e para ele também que quase não recebe, mas não perde o terreno da família.

Quanto aos sequeiros, ele planta floresta de eucalipto. Há demasiada extensão de floresta naquela área, ele disse. Mesmo admitindo ser uma monocultura que traz danos para a terra, há mais rentabilidade pela venda para a produção da pasta de papel nas fábricas de celulose em Figueira da Foz. Segundo ele, se fosse plantar uma paisagem autóctone, teria retorno somente em cinquenta anos.

Por essa quantidade ociosa de minifúndios, explicou seu Francisco, há a iniciativa do chamado “banco de terras”. Assim, quem possui um terreno livre pode arrendá-lo, não perder a terra e quem aluga praticamente não paga nada por ele. “Não estou interessado em vender, não é economicamente viável, não tenho assalariado rural porque não consigo pagar, mas mantenho o apego à terra”. Ele disse que herdou esse apego à terra de seu pai que, atualmente é reformado e vive de tomar conta de terrenos de vinha, sendo o “ócio dele”. Nas terras que seu Francisco possui, disse que tem muito limão, mas que não pode vender pelas exigências fiscais e pelo baixo preço. Sendo assim, ele prefere oferecer a sua produção aos amigos e continuar com os seus terrenos de família, seja para a produção ou mesmo pela história que carregam.

### **Considerações finais**

Para Antônio, o jovem considerado “novo agricultor” foi de suma importância a herança da família para que ele pudesse vislumbrar a possibilidade de iniciar a produção de framboesas. Ele estava cursando o nível superior, mas diante do cenário de desemprego para os jovens no país, afirma que precisava “sentir que estava com o futuro em suas

mãos”. Dessa maneira, concorre e é aprovado no programa governamental português PDR 2020. A família de Antônio vem do trabalho na terra, foi realizado de maneira diferenciada, isto é, não se trata apenas de uma “agricultura tradicional”, pois esta é combinada com a tecnologia para que ele produzir de maneira sustentável e rentável em um terreno de propriedade de seu avô.

Seu Fernando ainda produz em um regime de agricultura que pode ser considerada “tradicional”, uma vez que é a fonte principal de renda da família, envolvendo o trabalho de sua esposa e de seu filho na terra, bem como a de sua filha na contabilidade da empresa familiar. No entanto, ao levar em conta a trajetória de sua família na terra, argumenta que atualmente há a necessidade de ter a “parte da escrita” toda regularizada, mas que não se tem o preço do produto como era há 30 anos. Esse marco temporal é justamente a adoção de novas regras pela União Europeia que causaram mudanças na “agricultura tradicional” que hoje deve combinar o trabalho agrícola com os ajustes fiscais que devem ser atendidos. A respeito da juventude, seu Fernando comenta que muitos jovens se enganam ao pensar que o trabalho agrícola “é só andar com máquinas”, por isso, ensina a seus filhos “a prática do trabalho”, ainda que também incentive a “prática da sabedoria” para que eles continuem os estudos.

Diferente do Brasil, no caso português analisado, geralmente as famílias possuem vários terrenos pequenos de herança, espalhados em diferentes áreas. Tal como seu Francisco pontuou, esses podem ser regadios ou sequeiros, isto é, possuir corpos hídricos no primeiro caso e no segundo não. No caso dos sequeiros, eles são utilizados principalmente para a produção de eucalipto, pela a possibilidade de produção da pasta de papel para indústrias que estão próximas a Penela. Para os regadios, seu Francisco diz que a solução é alugá-los, ainda que seja em regime de troca, recebendo não em dinheiro, mas com o que é produzido na terra. Em relação aos tipos de terreno, materialmente os preços praticados não são atrativos para a venda, além de não haver possíveis compradores, já que estes podem ser alugados a valores módicos. Simbolicamente, para a família de seu Francisco bem como outras da região, ainda que não seja a principal fonte de renda, não querem se desfazer das terras de família, possibilitando que ele mantenha “identidade cultural”.

Pina Cabral (1991) relata em sua pesquisa com pequenos produtores rurais da região do Minho, localizada ao norte de Portugal, que possuía algumas cartas de indicação para conduzir sua pesquisa, mas mesmo assim demorou três meses para que fosse aceito



na aldeia, por ser considerado membro da elite portuguesa. Ao comparar a minha (breve) inserção no trabalho de campo nas aldeias rurais da região central de Portugal e nos projetos de colonização de Rondônia, talvez a maior diferença seja a compreensão do meu papel naquela localidade. Se, no caso brasileiro, eu era recebida com interesse por poderem relatar a sua trajetória de vida a uma “professora que vinha da universidade do Rio de Janeiro”, a mesma “brasileira que investiga na Universidade de Coimbra” teria uma recepção mais desconfiada. Na primeira situação a relação assimétrica possivelmente era valorizada, mas, na segunda, a assimetria era testada, já que tinha muito o que conhecer sobre o espaço rural português e o tempo que dispunha não era suficiente.

“Nós, portugueses, somos bons alunos”. Essa afirmação de um dirigente da Confederação Nacional de Agricultura, com sede em Coimbra, foi uma das formulações que mais elucidam a tentativa de compreensão daquele universo desconhecido. Para mim, talvez possa encaminhar algumas indagações, ainda não completamente respondidas, tanto no que tange ao trabalho de campo quanto para a compreensão da relação entre propriedade da terra e seu uso agrícola nas aldeias do centro. As experiências de campo relatadas nesse artigo, e outras que vivenciei, não me permitiam ser vista como alguém que pudesse ter conhecimento suficiente para dialogar sobre a situação das lógicas de herança e sucessão, tendo ainda muito o que aprender para ser considerada “uma boa aluna”.

Mesmo com os entraves fiscais a partir da entrada de Portugal na União Europeia, a terra continua sendo uma possibilidade de investimento familiar. A grande maioria destas passou por um momento de ociosidade, principalmente em relação ao seu uso agrícola, pela burocracia relacionada à produção. Entretanto, é a reserva de alguns terrenos da família permite o “retorno” à agricultura da terceira geração. Isso corrobora o argumento de Hespanha (1992) que reconhece a manutenção do “princípio de continuidade da família camponesa”, mesmo que as terras não estejam o tempo todo sendo usadas para fins de produção agrícola e, no caso de estarem, não compõem necessariamente a única renda da família. No caso do “novo agricultor”, a instalação da produção de framboesas está sendo concretizada por meio de um investimento de capital e a realização de cursos para compreender tanto a burocracia para acessar o crédito, quanto para entender o manejo do pequeno fruto. A terra era da família, mas o projeto de futuro, não apenas nesse caso específico, vem se reconfigurando a partir das novas gerações.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. “*Celibat et condition paysanne*”. *Études Rurales*, 1962.
- CARNEIRO, M. J. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- HESPANHA, P. Para uma teoria sociologica da propriedade fundiária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 34, fevereiro 1992.
- HERNANDEZ, E. M. Q. *Emancipação e dominação de pequenos produtores agrícolas: contribuições para uma análise do caso Português*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo - Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Coimbra, 2013.
- MARQUES, C. A. F. A brief overview of the Portuguese Agriculture – Its evolution, performance and current situation. *Informe Gepec*, Toledo, v. 19, n.1, p. 174-186, jan/jun 2015.
- MOURA, M. *Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança numa área rural*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- PINA CABRAL, J. *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Disfel, 1991.
- SEYFERTH, G. *Herança e estrutura familiar camponesa*. *Bol. Mus. Nac. Antropologia*, n. 52, 1985.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995